



**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)
DO
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)
PESCAS MONDEGO MAR**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de

exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL PESCAS MONDEGO MAR foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020 (Mar2020), neste ato representada por Rodrigo Manuel Ferreira Brum que outorga na qualidade de Gestor da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 8273/2015, de 29 de julho.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (CENTRO 2020), neste ato representada por Ana Abrunhosa que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro e no Despacho nº 6756/2014, de 23 de maio.

e o

Grupo de Ação Local PESCAS MONDEGO MAR, neste ato representado por José Mário Fidalgo Lopes, na qualidade de substituto expresso do Presidente da Direção da AD ELO, Rui Manuel Leal Marqueiro, e António José Cruz dos Santos, na qualidade de substituto expresso do 1.º Vogal da Direção da AD ELO João Carlos Vidaurre Pais de Moura.

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), acordada com o GAL PESCAS MONDEGO MAR, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 3.092.242,73 euros.
2. Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020 (Mar2020) assegura um apoio de 1.677.067,00 euros do FEAMP, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (CENTRO 2020) assegura um apoio de 585.315,81 euros FEDER e de 829.859,92 euros FSE, que totalizam um montante de 1.415.175,73 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. O GAL PESCAS MONDEGO MAR compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas (Anexo 2).
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. O GAL PESCAS MONDEGO MAR, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, o GAL PESCAS MONDEGO MAR compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

9
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres do GAL PESCAS MONDEGO MAR, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. A delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: EDL aprovada pelas Autoridades de Gestão dos Programas financiadores

Anexo 4: Território de intervenção

Vila do Conde, 15 de fevereiro de 2016

O presente contrato é feito em triplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Gestor do Programa Operacional Mar 2020

Rodrigo Manuel Ferreira Brum

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro (CENTRO 2020)

Ana Abrunhosa

Substituto expresso do Presidente da Direção da AD ELO - Associação de Desenvolvimento

Local da Bairrada e Mondego

José Mário Fidalgo Lopes

Substituto expresso do 1.º Vogal da Direção da AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local

da Bairrada e Mondego

António José Cruz dos Santos

Anexo 1

Quadro de financiamento por Programa, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

GAL PASCAS MONDEGO MAR

	Prioridades de Investimento/ Medida	Programa financiador	FEDER	FSE	FEAMP	Fundo Total
PU4	Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	MAR 2020			1.677.067,00	1.677.067,00
PI 9.6	Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	CENTRO 2020		829.859,92		829.859,92
PI 9.10	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	CENTRO 2020	585.315,81			585.315,81
Total CENTRO 2020			585.315,81	829.859,92	0,00	1.415.175,73
Total MAR 2020			0,00	0,00	1.677.067,00	1.677.067,00
Total			585.315,81	829.859,92	1.677.067,00	3.092.242,73



Anexo 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

GAL PISCAS MONDEGO MAR

Programa financiador	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicador de realização			Indicador de resultado			Dotação FUNDO a contratar
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição
MAR 2020	PU4	FEAMP	Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e Aquicultura				Postos de trabalho criados	11	20	N.º
CENTRO2020	PI 9.6	FSE	8.3/8/II b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	20	49	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio		50	%
CENTRO2020	PI 9.10	FEDER	8.8/8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	Empresas que beneficiam de apoio	6	14	Postos de trabalho criados	8	20	N.º
CENTRO2020	PI 9.10	FEDER	6.3/6c a) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico b) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	290	725	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,07	Milhares/ano
CENTRO2020	PI 9.10	FEDER		Estratégias	1	1	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado		2,0	%
Total										3.092.242,73



Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-012 Versão 5

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503393088	AD ELO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BAIRRADA E MONDEGO
Morada (Sede Social)	
Cantanhede	
Código Postal	Localidade
3060-216	CANTANHEDE
NUT III	NUT II
Região de Coimbra	Centro
Telefone	E-mail
231419550	geral@adelo.pt
Telefax	



231419559

URL

Tipologia de Beneficiário

<https://www.adelo.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

António José Cruz dos Santos

Telefone Responsável

231419550

Cargo Responsável

Diretor Executivo

Telemóvel Responsável

Serviço/Departamento

DIREÇÃO EXECUTIVA

Email Responsável

geral@adelo.pt

Email Alternativo

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A parceria "Grupo de Ação Local (GAL) Pescas Mondego Mar" foi constituída em 4 de fevereiro de 2015 e designou como Parceiro Gestor a AD ELO, cumprindo os termos da alínea a) do nº 3 do Aviso de Concurso nº 2/2014 de 16-11-2014.

A AD ELO é caracterizada como uma associação privada sem fins lucrativos:

- Reconhecida como "pessoa coletiva de utilidade pública";
- Credenciada como "Agência de Desenvolvimento Regional";
- Certificada segundo a norma de Qualidade NP EN ISO 9001:2008;
- Classificada na CAE 94995;
- Abrangida pelo regime de isenção de IVA (art.º9º).

A AD ELO desde a sua criação (1994) foi promotora de várias iniciativas que têm contribuído, através de uma participação alargada, para a valorização dos recursos existentes em termos locais e regionais. Não podendo identificar todos os projetos é possível apresentar, em síntese, alguns grandes números reveladores do impacto que a sua ação teve no território.

Assim foram captados mais de 40 milhões de euros de apoios que alavancaram mais de 52 milhões de euros de investimento. Este investimento permitiu a criação direta de mais de 450 postos de trabalho em micro e pequenas da região que ajudam a consolidar um tecido económico local

Apresentar a atividade desenvolvida é claramente um esforço de síntese. No entanto destacam-se aspetos que demonstram a experiência da AD ELO enquanto entidade que desempenhou funções de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local:

- LEADER II (1994-1999), LEADER + (2000-2006) e Eixo 3 – PRODER Abordagem LEADER (2007-2013):

Nos QCA anteriores foi a entidade gestora das iniciativas LEADER II, LEADER + e Eixo 3 – PRODER Abordagem LEADER num TI que abrangeu os municípios de Cantanhede, Mealhada, Montemor-o-Velho, Penacova Mira e Vagos. Na qualidade de entidade gestora organizou a parceria, elaborou os planos locais, executou as atividades decorrentes da divulgação, receção de candidaturas, análise, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos. Desempenhou igualmente todas as tarefas decorrentes de uma autoridade de pagamento, ou com funções delegadas de autoridades de gestão e pagamento

- GAC Mondego Mar - Eixo 4 PROMAR (2007-2013): É a entidade parceira gestora do GAC Mondego Mar -

Eixo 4 PROMAR (2007-2013) onde assume as funções delegadas de Organismo Intermédio enquadradas pelo reconhecimento existente para um TI que abrange parte dos municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho. Na qualidade de parceiro gestor organizou a parceria, elaborou o Plano de Ação e executa as atividades decorrentes da divulgação, receção de candidaturas, análise, acompanhamento e avaliação de projetos.

- Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza: O Desenvolvimento Social da população desfavorecida do território foi uma das opções estratégicas identificadas pela AD ELO na altura da sua constituição. Assim, com recurso ao Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, que privilegiava as parcerias locais envolvendo o público e o privado organizou e geriu 4 iniciativas territoriais que decorreram entre 1998 e 2004.

- Intervenção Social: É responsável de uma infraestrutura denominada "Centro Comunitário do Canedo" que disponibiliza um conjunto de atividades e serviços de carácter social à população. Este centro tem a sua gestão regulada pelos "Acordos de Cooperação" com a Segurança Social. No desenvolvimento da sua atuação tem realizado uma grande número de projetos que procuram combater os fatores de exclusão contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações.

- Formação Profissional: Foi promotora de vários planos de formação no âmbito dos diferentes programas enquadramentos, quer numa perspetiva de inserção de desempregados no mercado, quer na vertente de qualificação profissional e escolar da população do seu TI.

- Cooperação: No quadro europeu e dos países de expressão portuguesa a AD ELO tem vindo a desenvolver vários projetos que têm como objetivo a criação de condições para a troca de informações e know-how entre os agentes dos diferentes países. Assume especial relevância a intervenção ao nível da Náutica no Espaço Atlântico como fator diferenciador desta região podendo assim beneficiar das dinâmicas europeias deste setor.

A AD ELO tem uma estrutura de recursos humanos que, possui uma larga experiência na gestão de projetos. Ao nível da coordenação dos trabalhos, detém dois técnicos superiores com uma experiência de mais de 20 anos de trabalho tendo sido Coordenadores/gestores dos diversos programas implementados pela associação. No quadro da instituição, e assim disponíveis para manter uma continuidade de trabalho, existem técnicos superiores com mais de 10 de trabalho efetivos nas equipas de projeto que, conjugados com vários técnicos de formação média, garantem uma equipa de trabalho que se encontra preparada para os desafios que a abordagem ao DLBC implica.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503393088	AD ELO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BAIRRADA E MONDEGO	09/06/1994	09/06/1994	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
506087000	MUNICIPIO DE CANTANHEDE	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501305580	MUNICIPIO DA FIGUEIRA DA FOZ	02/01/1986	02/01/1986	84113	Autarquias Locais
501272976	MUNICIPIO DE MONTE-MOR-O-VELHO	22/12/1975	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
503018520	GIALMAR-PRODUTOS ALIMENTARES S.A.	07/06/1993	07/06/1993	10201	Sociedades Comerciais
500726477	MÚTUA DOS PESCADORES - MÚTUA DE SEGUROS, CRL	27/07/1942	27/07/1942	65120	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

504418114	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE PEIXE DO CENTRO LITORAL CRL	19/05/1999	19/05/1999	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
151061122	Ismael Domingues Janeiro	18/11/2013	18/11/2013		Pessoas Singulares
506724530	Município de Mira	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
500086826	DOCAPESCA-PORTOS E LOTAS S.A.	10/01/1959	29/08/1966	03111	Sociedades Comerciais
510718604	NASHARYBA - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE PEIXE, LDA	07/06/2013	07/06/2013	03210	Sociedades Comerciais
507825470	LITOFISH, LDA	28/07/2006	28/07/2006	10202	Sociedades Comerciais
501066675	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MÚTUO DO BAIXO MONDEGO, CRL	29/07/1916	29/07/1916	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
510570275	SCALESOCEANS - LDA	12/02/2013	25/02/2013	30120	Sociedades Comerciais
510563333	FIGPESCA - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E ARMADORES DO CENTRO LITORAL	11/02/2013	11/02/2013	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
513107975	LODKA BOATING, PASSEIOS DE BARCO, LDA	30/05/2014	30/05/2014	50102	Sociedades Comerciais
501083928	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA FIGUEIRA DA FOZ	16/10/1975	07/09/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510458017	APX - Associação Portuguesa de Xávega	28/11/2012		94995	
172923697	José Brito Jacinto		23/03/1987	08931	Pessoas Singulares
187121176	JOSE MANUEL MARQUES VIEIRA	29/04/2009	29/04/2009	03111	Pessoas singulares
502247398	BRIOSIA-CONSERVAS DE PESCADO LDA	21/09/1989	08/12/1989	10203	Sociedades Comerciais

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Coimbra

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O diagnóstico considera como TI do DLBC/Costeiro MONDEGO MAR um conjunto de freguesias dos concelhos de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho. Estas freguesias, administrativamente pertencentes à NUT III Região Coimbra ocupam uma área de 512,01km²

CARATERIZAÇÃO FÍSICA

O rio Mondego influenciou a ocupação humana na região, com destaque para os municípios de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz. O TI apresenta uma faixa de costa Atlântica de 50Km onde as praias sobressaem na paisagem.

Do ponto de vista climático os concelhos apresentam características de clima mediterrâneo de domínio atlântico.

ACESSIBILIDADES

A posição privilegiada que estes concelhos apresentam, no contexto do território nacional, reflete-se na rede viária que estrutura este território. Destaca-se a principal via de comunicação do país, a A1, que adicionalmente com a A17 potenciam as ligações norte-sul. O traçado do IP3 (prolongando-se pela A14) torna-se, também, um dos eixos estruturantes. Ao nível ferroviário, estes concelhos são servidos pela linha de caminho-de-ferro do Oeste que representa importantes ligações de pessoas e mercadorias.

O território caracteriza-se pelo transporte marítimo e fluvial e pelo setor pesqueiro, que foram historicamente setores determinantes no desenvolvimento da Região.

A Figueira da Foz alberga um Porto Regional com uma forte aposta na intermodalidade marítima-ferroviária-rodoviária, onde o movimento de mercadorias ultrapassa o milhão de toneladas.

O Porto Comercial integra também um Porto de Pesca e uma Lota, onde o movimento de pescado se aproxima das 12.000 toneladas. No município de Mira regista-se também a existência de uma Lota.

DEMOGRAFIA E PERFIL DA POPULAÇÃO

A população residente no TI, em 2011, totalizava 71.068 indivíduos, possuindo uma densidade populacional de 138,8 hab/km². A distribuição da população residente por sexo reflete o panorama nacional onde cerca de 52 % da população pertence ao sexo feminino e 48% ao sexo masculino.

A estrutura etária da população do TI reproduz, de igual modo, a estrutura etária da população portuguesa, onde o grupo etário com maior peso é o dos 15-64 anos com cerca de 63% da população total, seguido pelo grupo dos 65 e mais anos com cerca de 23,5%. Perante, estes dados constata-se o progressivo envelhecimento da população e o decréscimo acentuado da população jovem. As perspetivas de evolução demográfica global vão no sentido de um acentuado decréscimo.

Analisando o poder de compra, constata-se que os valores médios registados na globalidade do TI (80,5%) se situam abaixo da média regional (87,49%) e nacional (100,83%), com a exceção da Figueira da Foz (96,50%).

Educação

No TI aproximadamente 14% da população não tem qualquer nível de escolaridade e cerca de 72% dos indivíduos possuem baixas qualificações escolares, não tendo habilitações superiores ao 3º ciclo. O número de habitantes com habilitações de nível superior, apesar de ter vindo gradualmente a aumentar, é ainda baixo, cerca de 11,4%.

Os indicadores de sucesso/insucesso escolar assumem no TI valores favoráveis ao nível do ensino secundário e insatisfatórios no que respeita ao ensino básico, quando comparados, quer com a média nacional, quer com a região Centro. Assim, a taxa de sucesso no ensino secundário assume valores positivos, nomeadamente na Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Mira. Por outro lado, Mira e Montemor-o-Velho apresentam taxas de insucesso no ensino básico elevadas, acima da média nacional, contrastando com os valores positivos da região.

O abandono escolar constitui um dos graves problemas que persiste em todos os concelhos em análise, com especial relevo na Figueira da Foz (2%), contribuindo para a perpetuação do baixo nível de escolaridade, mesmo em idades mais jovens, o qual, por sua vez, está associado a um baixo nível de qualificação

profissional.

Saúde

O acesso da população a cuidados de saúde primários tem registado um aumento quantitativo e qualitativo perante a disponibilização destes recursos, contudo continuam a subsistir graves carências quando analisamos o acesso da população, sobretudo a que se encontra em situação de desfavorecimento social, a estes serviços. As infraestruturas apesar de existirem denotam insuficiências de funcionamento como a recente falta de profissionais para assegurar os serviços. Em todos os concelhos integrados no TI pode considerar-se que existe uma rede de equipamentos de saúde suficiente para apoio à população residente. Existem, em média, 2,4 médicos por cada 1 000 habitantes.

ATIVIDADE ECONÓMICA (Setor das Pescas)

Relativamente ao número de pescadores registados em 2013, evidenciam-se 640 profissionais matriculados, existindo ainda 61 pescadores profissionais apeados, correspondendo a cerca de 1% da população total e a cerca de 2% da população ativa do TI (EP, 2013).

No setor das pescas prevalecem os trabalhadores com o 1º ciclo do ensino básico (35%) e com o 2º ciclo do ensino básico (31%). A percentagem de trabalhadores do setor com ensino superior é bastante reduzida, fixando-se nos 3% do total, sendo que os restantes (31%) não apresentam qualquer nível de educação (EP, 2013).

Analisando a estrutura etária da população que labora no setor das pescas no TI, evidencia-se uma idade média de 43,6 anos, estando em consonância com a média do setor no país. Os trabalhadores com idade inferior a 35 anos representam apenas cerca de 22% do total da mão-de-obra do setor (INE, 2014).

No que diz respeito ao tecido empresarial, no TI do DLBC/Costeiro – MONDEGO MAR, destacam-se 103 empresas ligadas à fileira das pescas, que empregam aproximadamente 5.800 pessoas, sendo a grande maioria respeitante a indústrias transformadoras. Quanto ao número de trabalhadores empregues nas atividades basilares do setor (extração/captura), o INE aponta para um total de 616 efetivos.

Apesar da tendência geral do país para a contração do tecido empresarial do setor das pescas, à imagem do cenário que se assiste na globalidade dos outros setores económicos, no TI o decréscimo do número de empresas sentiu-se de forma menos acentuada, sobressaindo mesmo períodos em que se registou um crescimento, contrariando assim o desfavorável panorama económico nacional.

Relativamente às descargas de pescado assiste-se desde 2011 a um decréscimo acentuado tanto em quantidade como no valor médio por kg, o que revela uma preocupante quebra no rendimento geral das comunidades piscatórias locais.

Quanto à produção de sal, regista-se uma acentuada flutuação anual na área total de salinas exploradas e a um decréscimo geral de produção salineira nos últimos anos.

No respeitante à aquicultura observa-se uma dinâmica de crescimento com novas empresas.

Indústria, Comércio, Serviços e Artesanato

Em termos de desenvolvimento económico, considerado aqui como o número de empresas, existem, nos concelhos considerados, 13.430 empresas (INE, 2012). Numa análise mais centrada no nível concelhio permite-nos destacar dois concelhos que assumem valores claramente superiores no TI, o concelho de Cantanhede com 3.877 empresas e o concelho de Figueira da Foz com 6.036 empresas.

Quanto à estrutura da economia local, à semelhança do que acontece a nível nacional o setor com maior peso é o terciário, com mais de metade do número de empresas, seguido pelo setor secundário e por último o setor primário.

Quanto à Estrutura do Emprego, o setor terciário aparece como aquele que emprega a maior proporção da população empregada, representando cerca de 65,7%, seguido do setor secundário (28,5%) e por fim do setor primário (5,8%).

No que concerne à população ativa esta representa cerca de 51,3% do total da população residente. Desta, cerca de 88% é população empregada o que indica que a taxa de desemprego no território de atuação corresponde a 12%.

Turismo e Cultura

No que concerne aos recursos naturais, patrimoniais e culturais, existem alguns elementos diferenciadores associados às diferentes localizações geográficas com destaque para a frente com o Oceano Atlântico e o facto de o TI ser cruzado pelo rio Mondego.

A par dos recursos naturais e culturais, importa analisar as infraestruturas concelhias vocacionadas para a estadia dos turistas bem como para o desenvolvimento de atividades culturais, existindo no TI 30 estabelecimentos hoteleiros, sobressaindo a Figueira da Foz com 20 estabelecimentos hoteleiros, facto

justificado pelos recursos naturais e patrimoniais/ gastronómicos que detém.

A análise da proporção de dormidas entre Julho e Setembro, indicador da existência, ou não, de um turismo sazonal revela que esta realidade é mais significativa, em média, no concelho de Mira onde a proporção de dormidas neste período ultrapassa os 66%, do ano, associado à característica balnear da freguesia da Praia de Mira.

No domínio das pescas importa destacar a importância que a Arte Xávega representa, com aspetos identitários diferenciadores e de forte potencial.

Infraestruturas de suporte ao Desenvolvimento

No TI aproximadamente 91,5% da população encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água, estas valências atingem os 100% em todos os municípios, com exceção de Mira que regista 66% da população. No que concerne à cobertura dos sistemas de drenagem de águas residuais, aproximadamente 62% da população do território encontra-se servida por estes sistemas.

Relativamente à cobertura da população por estações de tratamento de águas residuais (54,5%), os concelhos possuem taxas de cobertura variáveis - 25% Mira, 44% Montemor-o-Velho, 56% Cantanhede, e 93% Figueira da Foz (INE, 2013).

Nos municípios do TI existem infraestruturas inovadoras importantes onde os agentes económicos podem usufruir facilmente dos serviços. Em destaque podemos referenciar o "Biocant Park", o primeiro parque de Biotecnologia nacional, situado em Cantanhede, que conta desde a sua fundação com a participação ativa da AD ELO na qualidade de associada e parceira.

Em estreita ligação com esta iniciativa surgiu em Mira o Centro de Estudos do Mar que desenvolve atividades focalizadas para a economia do mar.

Existem em todos os concelhos áreas de localização empresarial que estruturam um conjunto de infraestruturas destinadas ao tecido empresarial da região como é o caso da Incubadora de Empresas da Figueira da Foz e o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- ? Potencial do património endógeno e das pescas artesanais como aproveitamento turístico;
- ? Crescimento exponencial da "economia do surf";
- ? Desenvolvimento do conceito de "Aldeias de Mar";
- ? Melhoria das condições socioeconómicas através da formação destinada às comunidades piscatórias;
- ? Promoção do uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros;
- ? Capacidade de expansão das áreas de aquicultura e salicultura;
- ? Criação de circuitos comerciais alternativos, aproveitando recursos atualmente rejeitados ou com reduzido valor comercial;
- ? Potencial de certificação e qualificação dos produtos provenientes do setor;
- ? Existência de incentivos comunitários;
- ? Aplicação do conhecimento científico na economia local;
- ? Modernização da frota através da introdução de novas tecnologias.
- ? Potencial empreendedor de base local.

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

- ? Crescente concorrência na oferta de programas turísticos a nível nacional e internacional;
- ? Envelhecimento da população ativa e diminuição da jovem;
- ? Aumento dos fenómenos de erosão e sedimentação costeira;
- ? Redução do peso da atividade salícola na economia regional;
- ? Procura por portos de descarga mais atrativos;
- ? Aumento dos custos de exploração;
- ? Pouca atratividade do setor para quem inicia a atividade laboral;
- ? Intensificação de modelos empresariais assentes em baixos custos de mão-de-obra;
- ? Saída de profissionais qualificados;
- ? Limitações nas capturas impostas por normativos comunitários associadas à redução dos recursos disponíveis;
- ? Baixa valorização do pescado ao nível da captura;
- ? Concorrência de produtos de origem estrangeira com baixa qualidade e preço;
- ? Prolongamento da crise socioeconómica.

Principais Pontos Fracos



? Setor do turismo nas zonas costeiras e estuarinas bastante diversificado;
 ? Existência de centros de excelência e infraestruturas para a prática náutica;
 ? Diversidade de respostas sociais;
 ? Existência de um porto de grande dimensão;
 ? Produtos piscícolas locais reconhecidos pela sua qualidade;
 ? Reconhecimento do valor de novos produtos da pesca e aquicultura;
 ? Vias de comunicação com capacidade intermodal, facilitadoras no escoamento do pescado;
 ? Qualidade das águas interiores, favorecendo a expansão das comunidades piscícolas;
 ? Empresas com domínio das técnicas de produção tradicionais e das mais avançadas e inovadoras, para mercados de qualidade;
 ? Conhecimento científico em centros de investigação no TI.
 ? Existência de núcleos populacionais, património e elementos culturais com caráter identitário e diferenciador.

? Oferta insuficiente de estruturas de apoio à atividade turística costeira;
 ? Ausência de um plano de intervenções que torne mais atrativos o património paisagístico costeiro, ribeirinho e de alguns habitats característicos;
 ? Ausência de regulamentação adequada referente ao ordenamento da orla costeira;
 ? Insuficiência de infraestruturas de apoio aos pescadores;
 ? Profissionais com idade média elevada e carência na renovação das gerações de pescadores;
 ? Frota pesqueira envelhecida e com lacunas a nível da segurança e conforto a bordo;
 ? Enfraquecimento global do setor das pescas nos últimos anos;
 ? Baixos níveis de qualificação e especialização no setor;
 ? Insuficiente valorização das componentes identitárias e diferenciadoras das comunidades mais dependentes da pesca no TI;
 ? Deficiente concertação de esforços entre os diversos agentes do setor.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Os desafios que se colocam ao TI são vários e afiguram-se como fortemente condicionadores da implementação da EDL.

Um primeiro desafio consiste em atuar num contexto de dificuldades associadas ao setor das pescas que podem ser exemplificadas em indicadores como redução das capturas (com grande destaque para a sardinha), baixa valorização do pescado em lota e redução da produção de sal. Importa ainda salientar as consequências que advêm desta situação dado que se refletem a jusante, como no caso da indústria transformadora, tendo um forte impacto em toda a fileira. As consequências podem ser consideradas ao nível dos rendimentos disponíveis emprego, e mesmo no campo da viabilidade empresarial.

Um segundo desafio deriva da implementação da EDL num quadro de conjuntura económica e financeira que o país atravessa e que reduz a apetência para o investimento bem como o acesso ao crédito. A planificação de uma EDL para um período de programação longo (2014/2020) encerra em si um conjunto de incertezas no quadro nacional, de ordem política, económica e social, associadas à evolução mundial que sobre o país exerce uma influência determinante.

As mutações que ocorrerão em Portugal e na Europa nos próximos anos conduzem à perceção de que o panorama político e económico sofrerá consequências assinaláveis que são de difícil previsão mas constituirão um fator de risco adicional na implementação da EDL.

Estas incertezas condicionarão de forma decisiva a implementação de qualquer estratégia territorial. Assim a EDL que se apresenta tem em si uma dimensão dinâmica que permitirá os ajustamentos que se revelarem necessários.

Um terceiro desafio corresponde a implementar uma EDL com características de plurifundo. Esta nova estrutura de apoios é um desafio importante para os territórios, podendo ser uma oportunidade para maximizar a mobilização dos agentes locais, mas encerra em si também alguns riscos que podem advir da dificuldade de articulação dos diferentes níveis da administração com responsabilidade de implementação das políticas públicas. Por outro lado a limitação de investimento total elegível em 100.000€ (FEDER e FSE) constitui um fator de risco acrescido, pois esta dimensão financeira deixa de fora muitas das iniciativas que poderiam conduzir à criação sustentável de emprego local.

No domínio dos fatores de sucesso podem ser destacados aspetos como:

Em primeiro lugar importa realçar que a realização de uma intervenção anterior, ao abrigo do GAC MONDEGO MAR, possibilitou a concretização de numerosos projetos que conferiram visibilidade aos apoios disponíveis para o TI. Este efeito demonstrador será um elemento facilitador no sentido de induzir a procura de apoios por parte de outros promotores.

Em segundo lugar destaca-se o facto de se terem registado diversas manifestações de interesse que não se concretizaram em candidaturas e que agora poderão possuir maturidade suficiente para serem formalizadas. Acresce ainda que diversas candidaturas não mereceram aprovação em virtude de se apresentarem deficientemente instruídas.

O grande desafio da EDL está na criação de condições para o aproveitamento de todas as iniciativas que possam conduzir ao desenvolvimento deste território numa dimensão económica de criação de riqueza e emprego, mas também na dimensão de coesão social na procura da identidade local, no aproveitamento das potencialidades materiais e imateriais conduzindo a uma melhoria das condições de vida da comunidade locais.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O desenvolvimento de um TI é um processo dinâmico que se estrutura numa articulação complexa entre os recursos endógenos e as forças externas que sobre os primeiros exercem um efeito de atrofia ou de estímulo. O posicionamento desse território tem que ser lido na ótica local, enquadrado regionalmente e à luz das realidades macro que o envolvem.

O conceito de Desenvolvimento Local centra o seu enfoque no território, nas comunidades locais e nas suas capacidades (endógenas) de iniciativa. O território torna-se o elemento central. Não o território administrativo com fronteiras definidas e estanques, mas o território como elemento de solidariedade, de autonomia e de procura constante de identidade.

A vantagem das intervenções de natureza local resulta do facto de assim ser mais fácil identificar, mobilizar e combinar os recursos e potencialidades existentes, assumindo-se assim o "local" como espaço onde se materializa a ação e onde se observa a transformação e o desenvolvimento.

A abordagem territorial identificada como DLBC pretende assim evidenciar esta leitura transportando para uma matriz de intervenção que lhe dá coerência e enquadra nos princípios europeus. Partindo assim do ponto central que no "local" podem ser então definidas as linhas estratégicas que têm em conta a realidade existente estabelecendo um linha condutora que estabelece a ligações dos diferentes planos de abordagem - do local ao regional, nacional e europeu ou seja do "local ao global". Num plano local é possível observar elementos onde se pretende intervir, dando-se uma tradução efetiva e uma leitura dos seus impactos. A medida que se sob na escala de observação o que são visíveis são os traços agregadores e as tendências. Partindo assim do TI, a elaboração da EDL tenta incorporar as várias especificidades existentes, estabelecendo as necessárias ligações para a maximização dos resultados. A visão estratégia para o território assenta no conceito do "círculo virtuoso do desenvolvimento" onde os efeitos de cada um dos elementos da cadeia são potenciados pela sinergia obtida da sua ligação funcional. Este "círculo virtuoso", assumido na sua vertente positiva, passa por identificar os elementos chave endógenos que são tidos em conta (recursos, produtos, património e conhecimento), considerando assim que, agindo sobre eles se obtém os resultados propícios à eliminação dos estrangulamentos existentes, aproveitando as potencialidades e oportunidades que se podem abrir para a região e para o seu processo de desenvolvimento.

A visão estratégia preconizada, assente numa matriz de intervenção integrada, contemplando ações que conduzam a que o território alvo seja um:

- Local de ação, transformação, valorização e criação que aproveita e gere com sustentabilidade os recursos locais, criando emprego e dinâmica empresarial sustentável;
- Local de preservação e valorização dos seus elementos identitários, quer na vertente cultural quer nos aspetos naturais próprios de um território que se pretende sustentável;
- Local de vivência e coesão social onde os se procura elevar constantemente os níveis de qualidade de vida integrando a população numa perspectiva inclusiva onde as diversidades são tidas como fatores decisivos para a afirmação territorial,
- Local de identidade e conhecimento que mobiliza os seus agentes, valorizando os recursos humanos na procura constante da qualificação e aprendizagens contínuas, contribuindo para um espírito empreendedor.

As linhas principais da EDL partem de um posicionamento positivo perante as condições de partida considerando que as potencialidades da região ultrapassam largamente os constrangimentos existentes e que numa perspectiva de confronto as oportunidades são largamente superiores às ameaças que o território enfrenta. Este pressuposto resulta da constatação de que os agentes locais demonstram uma clara confiança nos recursos endógenos (humanos e materiais) e que possuem as necessárias capacidades de adaptação às novas realidades, necessitando contudo de ser potenciados pelos apoios externos que venham a ser aplicados.

A intervenção a realizar encontra-se refletida no Objetivo Global Mondego Mar.

Valorizar e revitalizar as comunidades pesqueiras e costeiras locais, fomentando o aumento da competitividade e valorização dos produtos, através de um desenvolvimento sustentável baseado numa economia do conhecimento e inovação.

Numa matriz mais operacional a intervenção, focalizada nas dinâmicas locais de natureza costeira, não pode esquecer a devida articulação em relação aos espaços urbanos e às realidades económicas existentes. Não perdendo o enquadramento dos objetivos estratégicos enunciados, os objetivos específicos e operacionais pretendem traduzir uma intervenção que se quer observável e monitorizável na execução e resultados. Apresentamos de seguida uma matriz de objetivos que se pretendem alcançar com a intervenção:

Na construção metodológica da EDL, foram definidos alguns objetivos estratégicos de natureza transversal, que dada a sua abrangência procuram sintetizar o alcance das ações a implementar no quadro do "Portugal 2020" e de forma abrangente percorrendo todos os instrumentos de apoio disponíveis que se materializará num conjunto de objetivos específicos e operacionais:

Objetivo estratégico: A -Contribuir para a criação sustentável de emprego e de uma cultura empresarial de base local

Objetivos específicos:

1. Promover a criação de emprego sustentável
2. Consolidar o tecido empresarial local

Objetivos operacionais:

- A.1. Contribuir para o aumento de rendimentos das comunidades costeiras e pesqueiras consolidando as empresas ligadas à economia do mar
- A.2. Apoiar o empreendedorismo e a inovação em meio costeiro e pesqueiro em estreita ligação com a economia azul
- A.3. Apoiar a diversificação da atividade económica de base local
- A.4. Apoiar a criação e modernização de empresas de base local
- A.5. Valorizar os produtos locais
- A.6. Promover a comercialização de proximidade
- A.7. Contribuir para a interligação das empresas locais em redes colaborativas e nível local, regional, nacional e transnacional
- A.8. Estimular os diferentes usos da faixa costeira, com destaque para o turismo

Objetivo estratégico: B - Promover a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local

Objetivos específicos:

- 3. Valorizar o património Local
- 4. Promover a exploração sustentável dos recursos
- 5. Consolidação do tecido associativo local.

Objetivos operacionais:

- B.1. Recuperar, preservar e valorizar os recursos naturais e patrimoniais relevantes
- B.2. Mobilizar o tecido associativo local para a refuncionalização de equipamentos e infraestruturas de utilização coletiva
- B.3. Apoiar ações de sustentabilidade energética por parte das comunidades locais
- B.4. Apoiar a diversificação/especialização de técnicas/métodos de produção.
- B.5. Desenvolver ações de promoção e valorização da cultura local

Objetivo estratégico: C - Fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade

Objetivos específicos:

- 6. Fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade
- 7. Apoio às respostas inclusão social e luta contra a pobreza

Objetivos operacionais:

- C.1. Reforçar e modernizar os serviços básicos à população local
- C.2. Contribuir para a melhoria do acesso da população aos serviços básicos de proximidade
- C.3. Desenvolver processo de animação social e dinamização de centros multiserviços
- C.4. Apoiar as respostas de inclusão social e luta contra a pobreza

Objetivo estratégico: D - Contribuir para o aumento e consolidação das competências locais

Objetivos específicos:

- 8. Contribuir para o aumento das qualificações da população
- 9. Consolidar processos locais de aquisição de competências

Objetivos operacionais:

- D.1. Qualificação dos recursos humanos profissional e escolar relacionada com o mar
- D.2. Combate ao abandono escolar precoce
- D.3. Desenvolver ações socioeducativas, de alfabetização e orientação vocacional
- D.4. Promover a valorização pessoal, apoiando a criação do próprio emprego

Os objetivos estratégicos enunciados na EDL traduzem a perspetiva de um processo integrado de desenvolvimento:

A- Ao desenvolver ações de apoio ao tecido económico que tenha em conta os recursos endógenos suscetíveis de valorização proporcionará o aumento do emprego e consequentemente do rendimento da população. A base económica assente no setor das pescas e no mar, na economia azul, na indústria e serviços locais, conjugada com a valorização turística e competitiva do património local respondendo a mercados cada vez mais exigentes, traduzirá o território num local de ação, transformação, valorização e criação;

B -Partindo da perspetiva que o território se constitui como o repositório dos recursos, nas suas mais variadas formas, as ações a desenvolver passam pela consciencialização que o património (natural, cultural e construído) deve ser preservado, enquanto elemento de reforço da identidade local. O TI pode igualmente assumir um papel importante enquanto recurso económico, potenciando a sua natureza, acrescentando-lhe valor e contribuindo para a perspetiva de um local de preservação e valorização;

C -Nas estruturas sociais e demográficas, a intervenção preconizada pela EDL pretende contribuir para o reforço e melhoria das respostas coletivas de natureza local, possibilitando uma perspetiva inclusiva onde as diversidades são tidas como fatores decisivos para a afirmação territorial, melhorando os níveis de qualidade de vida e afirmando o TI como um local de vivência e coesão social;

D -No âmbito das dinâmicas territoriais a estratégia pretende mobilizar os seus agentes locais nos processos de aumento das competências, quer na perspetiva individual, quer numa perspetiva coletiva de grupo ou instituição. A valorização dos recursos humanos na procura constante da qualificação e aprendizagens contínuas, contribui para um espírito empreendedor traduzindo este TI num local de identidade e conhecimento.

Esta matriz de objetivos que enquadram a EDL estão na base do programa de ação que, tendo em conta os fundos financiadores as elegibilidades previstas, resultará numa planificação financeira por eixos e, medida e ações que se apresentará em capítulo próprio.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O GAL PESCAS MONDEGO MAR pode ser entendido como uma plataforma representativa das comunidades piscatórias e das instituições que com elas desenvolvem um trabalho de proximidade integrando agentes e intervenientes no sector e conciliando presenças privadas e públicas. A parceria ao reunir e concertar interesses, diversos mas convergentes, constitui-se como um espaço de excelência para a reflexão e participação ativa.

O Contrato de Parceria "DLBC/Costeiro Mondego Mar" contempla um conjunto de disposições que permitem e induzem um processo de envolvimento ativo dos seus membros.

Entende-se, contudo, que esta forma de participação não esgota o leque/contributo de entidades territoriais com relevo nem as formas de participação. Perspetiva-se que outras formas de relacionamento possam ser desenvolvidas designadamente através da participação em reuniões, encontros, seminários (...).

Adicionalmente a realização de protocolos de cooperação poderá permitir a realização de formas de articulação mais estreitas elevando o nível de envolvimento e de comprometimento entre instituições. Deste modo alargam-se e aprofundam-se as relações com entidades que não fazem parte da parceria no sentido de promover uma maior auscultação/articulação na representação/defesa dos interesses das comunidades piscatórias, de modo a que o GAL seja identificado como um interveniente natural nos processos de desenvolvimento a dinamizar.

Outra forma de participação de grande relevo, mas difícil de evidenciar, deriva da atividade dos elementos da equipa técnica que no trabalho de terreno têm a oportunidade de contactar, de modo informal com pessoas e instituições recolhendo sugestões e críticas que se somam aos contributos de caráter mais formal. De facto a proximidade e o forte envolvimento com a comunidade e os seus agentes são elementos de grande importância no estabelecimento de formas participação.

A estratégia de comunicação realizada pelo GAL assume grande relevo dado que será fundamental criar fluxos de informação nos dois sentidos. A dinamização do site da AD ELO, a presença na comunicação social e em feiras constituem exemplos de formas de comunicação que serão cultivadas na aproximação à comunidade e seus agentes.

Adicionalmente existe a possibilidade, caso se justifique, de proceder ao envio de questionários para recolher informação sobre aspetos de relevo junto de entidades significativas.

Do referido anteriormente resulta que a EDL deverá possuir flexibilidade suficiente para acomodar ajustamentos que permitam ganhos de eficácia e eficiência sem contudo desvirtuar os seus princípios básicos já consensualizados. A EDL é um instrumento de desenvolvimento ao serviço do território e como tal deverá estar preparada para acomodar as dinâmicas que ocorrem durante a sua implementação.

A EDL tem princípios subjacentes com realce para a abordagem integrada e de longo prazo, levando a que a comunidade seja participante ativa na sua execução, com o objetivo da sua viabilidade e sustentabilidade.

A dinamização da comunidade contempla, não só na discussão dos problemas, mas também a relação/diálogo que se constrói, e se quer aberta e plural. Importa considerar as diferentes, ideias, opiniões permitindo uma aproximação à melhor resolução dos problemas/desafios colocados ao TI. Deste modo o processo de acompanhamento/correção da intervenção será construído tendo em conta as diferentes perspetivas dos diversos agentes da comunidade.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) parte da necessidade de garantir que as intervenções estruturantes que lhe dão operacionalidade se adequam a uma realidade local. É pois um processo que engloba várias dimensões relevantes que, a partir de um território concreto, tem que ter em conta elementos metodológicos fundamentais, nomeadamente:

- Estimular a participação ativa do maior número possível de atores políticos, sociais e económicos do território, permitindo assim a partilha de experiências e visões diferentes que se traduzem numa mais-valia significativa na reflexão;
- Evitar a aplicação de modelos fechados com soluções universais desenquadradas da realidade local;
- Agregar as dinâmicas existentes e tentar ter uma visão o mais abrangente possível, de forma a abarcar a realidade no conjunto de todas as suas valências.

Assim, e do ponto de vista da fundamentação metodológica, foram e continuarão a ser desenvolvidos diversos trabalhos que partiram da caracterização/diagnóstico das áreas temáticas do território até à definição partilhada dos objetivos e ações numa ótica de consensualização das opções estratégicas. Torna-se pois claro que, uma EDL, definida à escala local, terá que ir ao encontro das orientações

estratégicas gerais e setoriais, definidas às escalas regional, nacional e transnacional. A multiplicidade de instituições, a escalas variáveis, aumenta os níveis de complexidade na abordagem a um território, pois poderão ser tomadas várias opções que caso não se encontrem concertadas poderão ter efeitos em sentidos opostos.

O DLBC/Costeiro – MONDEGO MAR deverá ter em conta a iniciativa DLBC Rural-GAL ADELO que incide sobre todo o território do DLBC Costeiro com exceção para as freguesias de Buarcos, Tavarede e São Pedro. No território onde se estrutura a intervenção da EDL também se assistiu à organização, em vários patamares, de entidades que, entre si, refletiram e construíram linhas estratégicas para toda a região. Desde o início destes trabalhos, a AD ELO participou na elaboração de documentos de suporte ao desenvolvimento deste território dando os seus contributos na definição das opções estratégicas do plano regional - NUT III/Região Coimbra e NUT II/Centro, tendo ainda colaborado nos trabalhos a nível nacional no quadro de vários programas operacionais.

Pela sua importância é necessário salientar o conjunto de trabalhos desenvolvidos em torno da construção do "Programa Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020" desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC). Este plano identifica, na sua visão estratégica, os princípios basilares que devem nortear as ações que neste território venham a ser implementadas:

- Região exemplar: Na gestão eficiente dos recursos naturais e do património, orientada para a redução dos custos energéticos suportados pelas organizações e famílias e para a sustentabilidade dos valores ambientais e culturais;
- Região pioneira e líder: Na construção de um sistema educativo, científico e tecnológico de referência nacional, orientado para o aumento da capacidade inovadora, produtiva e exportadora do tecido empresarial regional;
- Região comprometida: Com a diversidade das identidades e modos de vida locais, através da valorização do potencial endógeno, da facilitação da mobilidade e da garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação e proteção social.

Assim o facto de todo o território de intervenção do DLBC/Costeiro MONDEGO MAR se situar na NUT III Região de Coimbra, leva a que a EDL a apresentar venha a ser construída de forma articulada e em complementaridade com o programa estratégico, da responsabilidade da CIM-RC, que tem implícita uma abordagem integradora dos desafios que se coloca à região implicando, entre outros aspetos, um envolvimento de meios financeiros elevados que receberão enquadramento nos mais diversos instrumentos de apoio do "Portugal 2020" e que serão implementados pelos municípios e demais entidades da rede regional. Neste âmbito a participação da AD ELO com a CIM-RC será equacionada no quadro das relações institucionais de colaboração que vierem a ser implementadas.

Por outro lado a interligação de todo este território nas dinâmicas regionais ao nível da NUT II/ Centro e nacionais têm também que ter em conta o cumprimento dos princípios europeus da "Estratégia EUROPA 2020" que procura orientar o desenvolvimento europeu numa trajetória de crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

Assim a estratégia a apresentar no âmbito do DLBC/Costeiro MONDEGO MAR será uma visão mais local e de natureza micro sendo operacionalizada nas medidas/ações que têm implicação direta, enquadramento e elegibilidade nos apoios a conceder ao abrigo desta abordagem territorial.

A identificação de uma visão regional por parte da CIM-RC será concretizada por áreas de intervenção prioritárias, estando perfeitamente alinhadas com as dimensões de intervenção preconizadas para o território. Se observarmos dum plano mais elevado, ou seja duma perspetiva da Região Centro ou mesmo do estabelecido na Europa 2020 podemos igualmente observar o alinhamento institucional que se pretende defender com a intervenção do DLBC.

Em termos mais pragmáticos podemos identificar algumas linhas concretas de articulação entre as duas abordagens territoriais que sobre este território exercem influência (DLBC/ ITI CIM-RC):

- Apoio à economia local (FEDER/FSE) que tem elegibilidade formal nas duas abordagens apenas respondendo a dimensões diferenciadas (até 100.000€/DLBC, até 235.000€/ITI). Pretende-se assim desenvolver um conjunto de atividades concertadas de divulgação e encaminhamento no sentido de potenciar o investimento local;
- Apoio à comercialização de proximidade, que através do DLBC privilegiará os promotores individuais de investimento que serão concertados com alguns investimentos ao nível municipal de criação de infraestruturas de apoio aos mercados locais.

Esta articulação abrange igualmente outros níveis de carácter mais nacional, onde a afirmação da marca NATURAL.PT com o apoio e valorização das zonas naturais classificadas e a atividade económica que se pode potenciar com estes espaços é um bom exemplo. A visão estratégica perspetiva um conjunto de

desafios operacionais que as diferentes entidades deverão ter em conta, não deixando nunca de observar as especificidades de cada intervenção na lógica territorial onde se inscreve, sendo que do conjunto dessas diferentes abordagens, resultará o cumprimento dos objetivos de subjacente a uma Europa Inteligente, Sustentável e Inclusiva.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Numa perspetiva pragmática a projeção de uma estratégia em termos de impacto e de resultados implica a referência a um conjunto de elementos que não está disponível no momento da construção deste processo de candidatura. Assim informações sobre dimensões financeiras associadas ao DLBC/Costeiro – MONDEGO MAR, regras de elegibilidade específicas, pressupostos de gestão e níveis de delegação de competências são fundamentais para construir uma base de indicadores concretos de realização e impacto no território. Partindo da matriz global de objetivos, anteriormente apresentados no campo “Objetivos e vocação específica do DLBC”, foram identificadas as linhas principais de intervenção, estando no entanto dependentes de elementos adicionais reportados às elegibilidades que os programas operacionais venham a contemplar. A construção do plano de ação apresenta-se como um processo dinâmico que terá em conta a reflexão e as opções estratégicas assumidas pelo GAL, conjugada com as prioridades de investimento e as dotações específicas que cada fundo financiador disponibilizar para o DLBC, no processo de interação que resultará na contratualização efetiva que se realizará no fim dessa fase. A opção de criação de Eixos, Medidas e Ações parte da necessidade de organizar o programa de ação de acordo com os diversos Fundos que conduzirá a diferentes contratualizações com as respetivas autoridades de gestão, sendo no entanto estruturada numa lógica mais completa que ultrapassa os instrumentos financeiros associados a este processo. DLBC/Costeiro MONDEGO MAR Eixo 1. – Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento Medida 1.1: Desenvolvimento costeiro: Ação 1.1.1: Reforço da competitividade da pesca (FEAMP) Ação 1.1.2: Promoção de produtos locais de qualidade (FEAMP) Ação 1.1.3: Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP) Ação 1.1.4: A Inovação em espaço marítimo (FEAMP) Ação 1.1.5: Qualificação escolar e profissional (FEAMP) Ação 1.1.6: Desenvolvimento do turismo em espaço aquático (FEAMP) Medida 1.2: Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL): Ação 1.2.1: Investimento no tecido económico local (FEDER) Ação 1.2.2: Criação de emprego, incluindo autoemprego (FSE) Eixo 2. – Apoio à gestão sustentável do território Medida 2.1: Preservação e valorização do património: Ação 2.1.1: Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos (FEAMP) Ação 2.1.2: Promoção de Planos de Mar (FEAMP) Ação 2.1.3: Desenvolvimento do património natural e cultural - Investimentos (FEDER) Eixo 3. – Melhoria da qualidade de vida das comunidades locais Medida 3.1: Melhorar o acesso aos serviços básicos de proximidade: Ação 3.1.1: Criação e dinamização de centros multisserviços de animação local - Equipamentos (FEDER) Ação 3.1.2: Criação e dinamização de centros multisserviços de animação local - Qualificação / Formação / Planos de ação (FSE) Eixo 4. – Reforço das competências locais Medida 4.1: Animação Local e capacitação institucional: Ação 4.1.1: Animação Local e capacitação institucional - Qualificação / Formação / Planos de ação (FSE) O programa de ação proposto parte de uma visão territorial integrada que, fazendo uma leitura das características/potencialidade locais, perspetiva uma intervenção que maximize o alcance das ações e projetos. A definição de resultados e impactos nesta circunstância constitui um exercício metodológico que cruza várias variáveis, muitas delas sem definição concreta, como regras de elegibilidade específicas em cada programa, medida ou ação, pressupostos de gestão e níveis de delegação de competências que não estão disponíveis neste momento de construção do processo de candidatura. O Programa de Ação apresentado é limitado pelas dotações FEAMP-1.677.067,00€, em conformidade com o “Anexo II Dotações Financeiras da Ata de Reunião da Comissão de Avaliação”, de uma verba FSE-829.859,92€ e de uma verba FEDER-585.315,81€. A dotação FEAMP é substancialmente inferior à verba FEP atribuída ao GAC Mondego Mar, no quadro de programação anterior numa intervenção similar, a gestão do Eixo 4 do PROMAR. Na implementação e dinamização deste programa a AD ELO, enquanto parceiro Gestor, desenvolveu no território todos os mecanismos de divulgação tendo recebido 49 candidaturas e proposto para aprovação 28 candidaturas que comprometeram a totalidade da despesa pública prevista. Identificando a tipologia dos beneficiários dos projetos aproximadamente dois terços dos promotores corresponderam a entidades de natureza privada sendo que os projetos de entidades públicas foram apenas um terço. A expectativa no território é bastante grande e

assim os meios colocados à disposição são reduzidos com reflexo nos indicadores. Uma EDL que assenta essencialmente na componente privada deveria necessariamente apresentar-se reforçada. A definição de resultados e impactos constitui um exercício metodológico que cruza várias variáveis, muitas delas sem definição concreta, como regras de elegibilidade específicas em cada programa, medida ou ação, pressupostos de gestão e níveis de delegação de competências que não estão disponíveis neste momento de construção do processo de candidatura. No entanto, ao nível do FEAMP, podem ser apontados indicadores como: N° de projetos apoiados (total)-32 N° de postos de trabalho criados (total)-15 N° de projetos apoiados no reforço da competitividade da pesca-3 N° de iniciativas de promoção de produtos locais de qualidade-4 N° de iniciativas de cadeias curtas e mercados locais-3 N° de projetos de inovação em espaço marítimo-3 N° de ações de qualificação escolar e profissional-2 N° de projetos de turismo em espaço aquático-9 N° de ações de conservação, e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos-6 N° Planos de Mar-2. Os indicadores associados ao FEDER e FSE derivam da aplicação das orientações emanadas da CCDRC-Centro. Importa destacar que para algumas ações o único indicador disponível no balcão 2020 é emprego criado. No entanto, no entendimento da elaboração da EDL este não é o mais indicado/aplicável assim a metodologia utilizada foi incorporar na tabela "Outros indicadores" o indicador adequado para as ações seguintes: Promoção de Produtos Locais de Qualidade Cadeias Curtas e Mercados Locais Qualificação Escolar e Profissional Preservação, Conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos Promoção de Planos de Mar.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

O programa de ação dá o conteúdo formal à estrutura conceptual que se elaborou a partir do diagnóstico tendo em conta os objetivos enunciados. Assim, a EDL nas medidas previstas, tem subjacente diversas abordagens. Medida 1.1.1: Desenvolvimento Costeiro/Pesqueiro (Apoio através do FEAMP) Para se proceder à consolidação necessária do setor, é importante referir que se deve dinamizar e apoiar os intervenientes, para que desta forma sejam os protagonistas na concretização de atividades em domínios como: - Desenvolvimento de novas metodologias de produção e/ ou de organização das entidades conexas; de novos produtos; de investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em meio marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana; criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar; - Criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura; - Fomento das oportunidades de investimento que considerem a melhoria da qualidade dos produtos e a utilização de recursos endógenos incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos; - Apoio à criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação; - Criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao mar, promovendo o turismo de âmbito local; criação recuperação e modernização das estruturas e equipamentos e/ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo. - Apoio à capacitação de atores incluídos jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao mar, melhoria das suas competências e da sua capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e turismo. Estas são algumas das atividades que se revelam importantes na consolidação da economia costeira e no aumento do rendimento das famílias. Medida 1.1.2: Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL) (Apoio através do eixo prioritário 4 "Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)" do POR do Centro FEDER/FSE) O apoio à economia local surge da necessidade de implementar medidas específicas de apoio à criação ou manutenção de emprego de forma sustentável e à modernização das empresas enquanto sustentáculo da economia local, apostando nos domínios seguintes: - Apoio à criação e modernização de iniciativas empresariais, promovendo a criação de emprego; - Criação e desenvolvimento de serviços de apoio às empresas locais; - Apoio à criação e organização de produtos turísticos de qualidade e diversificados (alojamento, restauração, rotas, programas, animação); - Reforço da capacidade de empreendedorismo. Estas são algumas das linhas de apoio ao setor económico local, enquanto sustentáculo do território. Medida 1.2.1: Preservação e valorização do património (Apoio através do FEAMP e do Eixo prioritário 7 "Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)" do POR do Centro FEDER) A intervenção ao nível dos fatores materiais e imateriais referentes à identidade de um território constitui uma tarefa que tem tanto de difícil como de importante para a estruturação de uma comunidade. De um leque variado de atividades, podemos enunciar algumas em domínios como: - Desenvolvimento do conceito de "Aldeias de Mar" iniciado no âmbito do PROMAR e sua articulação com os "Polos de Mar" previstos na ENM. Apoio de intervenções que visem o desenvolvimento de ações articuladas que convissem para a consolidação destes conceitos; - Apoio a intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo; melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores. - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais; - Valorização do património local enquanto fator de identidade, promovendo os recursos naturais, a paisagem local e o património edificado; - Recuperar e organizar o património cultural imaterial de natureza local enquanto herança de uma comunidade; Numa articulação funcional dos dois fundos financiadores estas duas linhas de apoio poderão abranger o património associado às atividades e à cultura de natureza local. Estas medidas são identificadas como passíveis de inscrição nas elegibilidades dos fundos a contratualizar. Na perspetiva de uma EDL mais integrada serão procurados apoios em outras medidas, sem financiamento no presente aviso, que poderão complementar e alargar o alcance da EDL.

Investimentos, Ações e Metas


Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1. Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Costeiro/Pesqueiro: 1.1.1 Reforço da competitividade da Pesca	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	3,00	275 400,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1. Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Costeiro/Pesqueiro: 1.1.2 Promoção de Produtos Locais de Qualidade	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	163 200,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1. Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Costeiro/Pesqueiro: 1.1.3 Cadeias Curtas e Mercados Locais	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	183 600,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1. Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvimento Costeiro/Pesqueiro: 1.1.4 A Inovação em Espaço Marítimo	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	3,00	122 400,00€

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1.Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvi- mento Costeiro/Pes- queiro: 1.1.5 Qualificação Escolar e Profissional	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	30 600,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1.Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvi- mento Costeiro/Pes- queiro: 1.1.6 Desenvolvi- mento do Turismo em Espaço Aquático	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	4,00	9,00	544 867,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	2. Apoio à Gestão Sustentável do Território: 2.1 Preservação e Valorização do Património: 2.1.1 Preservação, Conservação e Valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	306 000,00€

9
RSC
b
A

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	2. Apoio à Gestão Sustentável do Território: 2.1 Preservação e Valorização do Património: 2.1.2 Promoção de Planos de Mar	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	51 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	1.Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.2 Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL): Investimento no tecido económico local: Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempres as existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadame nte na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvime nto de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	14,00	Postos de trabalho criados	8,00	20,00	526 784,23€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	1. Apoio às atividades económicas – emprego e crescimento:1 2. Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL):1.2.2. Investimento no tecido económico local: apoio à criação de emprego: Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	20,00	49,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	829 859,92€	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	2. Apoio à Gestão Sustentável do Território: 2.1 Preservação e Valorização do Património: 2.1.3.Desenvolvimento do património natural e cultural - Investimentos	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	290,00	725,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,07	58 531,58€	

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1.1 Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvim ento Costeiro/Pes queiro: 1.1.2 Promoção de Produtos Locais de Qualidade	Número de ações de promoção de produtos locais	2,00	4,00				0,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1. Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvim ento Costeiro/Pes queiro: 1.1.3 Cadeias curtas e mercados locais	Número de cadeias curtas de comerciali zação	1,00	3,00				0,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	1. Apoio às atividades económicas emprego e crescimento: 1.1. Desenvolvim ento Costeiro/Pes queiro: 1.1.5 Qualificação escolar e profissional	Número de ações de qualificaçã o escolar e profissiona l	1,00	2,00				0,00€

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	2. Apoio à Gestão Sustentável do Território: 2.1 Preservação e Valorização do Património: 2.1.1 Preservação, Conservação e Valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos	Número de ações de preservação, conservação e valorização patrimoniais	2,00	6,00				0,00€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	2. Apoio à Gestão Sustentável do Território: 2.1 Preservação e Valorização do Património: 2.1.2 Promoção de Planos de Mar	Números de Planos de Mar	1,00	2,00				0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégia	Estratégias (n ^a)	1,00	1,00				0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégia				Efeito Multiplicador do Investimento público no Investimento Privado	0,00	2,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEAMP	1 677 067,00€
FEDER	585 315,81€
FSE	829 859,92€
Total	3 092 242,73€

Pressupostos

A apresentação da estrutura financeira da EDL para o DLBC/Costeiro – MONDEGO MAR parte de um conjunto de pressupostos e explicações que é pertinente identificar. a) A estrutura dos apoios incluídos na medida “1.1.1 Desenvolvimento Costeiro/Pesqueiro” derivam de uma leitura direta do “PO Mar 2020, versão draft de 23 Janeiro 2015”. Como o histórico de medidas semelhantes aponta, estes apoios não contribuem significativamente para a criação de emprego, já que os pequenos investimentos levam à modernização empresarial tendo implícita a existência de alguma racionalidade económica que implica por vezes a redução de emprego. A construção regulamentar destas tipologias de intervenção induz que os indicadores de emprego serão assim reduzidos no âmbito do FEAMP; b) A estrutura dos apoios incluídos na medida “1.1.2. Sistema de Incentivos à Economia Local (SIEL)” corresponde ao apoio à criação ou modernização de micro e pequenas empresas de todas as CAE elegíveis que se localizam no TI, sendo a dimensão máxima de investimento elegível de 100.000€. Perante este elemento regulamentar o apoio público traduzir-se-á em termos médios num valor inferior a 50.000€. Neste sentido e não conhecendo os aspetos regulamentares que poderão limitar ainda as elegibilidade consideramos que dificilmente se criará mais do que 1 posto de trabalho por projeto. De forma a incentivar a criação de emprego e assim constituir um fator de sucesso seria de prever a possibilidade que de forma adicional ao incentivo ao investimento, se pudesse atribuir um valor de ajuda à contratação, à semelhança de processos do atual QREN. Por outro lado perspetivou-se que na medida financiada pelo FSE o nível apoio público deveria situar-se num percentagem de 100% da despesa elegível pois estando integrado numa medida do POISE e destinando-se a público com dificuldade acrescidas implica um maior dotação pública a atribuir, como é observável noutras medidas desse programa. c) A estrutura dos apoios incluídos na medida “1.2.1. Preservação e valorização do património” corresponde ao apoio de processos de recuperação que tendem para a valorização e dinamização económica do património que salvaguardem a qualidade ambiental e que defendam e mantenham atividades culturais e recreativas, tradicionais. Prevê-se uma articulação funcional entre os dois fundos, sendo o FEAMP mobilizado para a recuperação do património com uma ligação funcional à atividade costeira nomeadamente através da preservação, recuperação e valorização dos elementos patrimoniais das comunidades. No âmbito do FEDER será elegível o apoio ao património cultural através da proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico. Acresce ainda o apoio ao património natural, através da criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

No âmbito da elaboração da EDL foi considerada fundamental a vertente de cooperação ao nível local, nacional e transnacional, enquanto fator que proporcionará a criação de escala, traduzindo-se numa mais-valia para os processos de desenvolvimento com benefícios mútuos para os agentes envolvidos. A importância conferida às relações externas e à cooperação sempre estiveram patentes no objetivos e nas opções de fundo da estratégia. Podemos referir que atualmente existe uma maior consciência da necessidade de um trabalho coletivo e aberto ao exterior.

A opção da EDL em torno da abertura ao exterior, onde a internacionalização da economia é apenas uma vertente, é necessariamente o prolongamento da perspetiva que os mercados só se entendem numa visão global. Sendo um designio, a cooperação no quadro de uma intervenção territorial DLBC, deve ser entendida como o espaço para consolidar as ações que localmente fazem sentido, centrando-se nos seguintes objetivos:

- Alargamento a novos mercados;
- Transferência do saber fazer e das experiências inovadoras;
- Estabelecimento de redes de distribuição;
- Criação de serviços/produtos comuns entre diferentes agentes;
- Criação de mecanismos de formação/informação de âmbito transnacional;
- Valorização dos recursos locais;
- Promoção de recursos locais à escala regional/nacional/transnacional.

Pretende-se que os projetos de cooperação possam facilitar o estabelecimento de contactos com outras regiões por parte de associações, empresas, artesãos, entre outros, de forma a criar uma rede que possibilite o encontro de negócios com mais-valias evidentes para os territórios envolvidos.

Trata-se de levar a cabo uma série de atividades conjuntas, com vista à organização e troca de experiências de diversas metodologias locais, nacionais e transnacionais, que possibilitem melhorar, dinamizar e operacionalizar novas formas de intervenção.

Não sendo nesta fase o momento para apresentar os projetos de cooperação a desenvolver no quadro do atual período de programação, importa pois identificar de forma geral as linhas temáticas prioritárias que se procurará materializar em projetos concretos de cooperação:

- Circuitos Curtos: Estando articulado com os investimentos da EDL pretende-se, apoiar a organização da produção/distribuição e a comercialização, sensibilizar os consumidores para as vantagens de consumo local mais sustentável e para a dinamização das economias locais;
- Internacionalização recursos/serviços/produtos territórios: Após a consolidação das relações institucionais, culturais e económicas com a Europa e com os países da comunidade de língua portuguesa torna-se prioritário direccionar ações para o aprofundamento do intercâmbio económico entre os diversos países e regiões, através de missões empresariais no sentido de concretizar projetos de investimento com benefícios duplos; abertura de circuitos de comercialização em nichos específicos de mercado dos produtos e serviços; reforço da identidade e cultura portuguesa num contexto de globalização promovendo a transferibilidade de conhecimentos e práticas;
- Promoção e valorização: objetivo de promover de forma conjunta os territórios, ganhando escala e visibilidade na organização e realização de eventos de carácter interterritorial nas áreas do empreendedorismo, cultura local, produtos locais, qualificação, entre outras.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O DLBC na sua própria denominação tem implícita a metodologia de construção de intervenção no sentido "bottom-up" promovido pelas comunidades locais. Estas devem ser mobilizadas partindo da ideia de que a sua participação é importante nas diferentes fases do processo de desenvolvimento, quer no momento da construção da linhas gerais de intervenção quer no momento próprio de execução dos projetos e ações.

A Assembleia Geral de Parceiros do GAL Pescas Mondego Mar (04/02/2015), enquanto elemento de representação de todos os parceiros, deliberou, que a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, assuma o papel de Parceiro Gestor, do GAL Pescas Mondego Mar, de acordo com o regulado pelo concurso N° 02/2014 de 16/11/2014, na focalização DLBC - Costeiro.

AD ELO, enquanto associação sem fins lucrativos, assumirá todas as competências e responsabilidades que lhe vierem a ser atribuídas no processo de implementação desta abordagem territorial. A apresentação ao reconhecimento, como GAL, da parceria GAL Pescas Mondego Mar, partiu da leitura da realidade pesqueira e costeira que se consubstancia na participação alargada de entidades públicas e privadas representativas do TI.

Por sua vez o “Contrato de Parceria” (04/02/2015), celebrado entre os parceiros, estabelece uma Estrutura Funcional que enquadra os mecanismos de governação e implementação da EDL.

Partindo destas duas referências e respeitando as orientações enquadradoras do DLBC- Costeiro foi estabelecida a seguinte estrutura.

GAL PESCAS Mondego Mar: Resultante do Contrato de Parceria estabelecido entre as entidades 21 entidades participantes, públicas e privadas. As entidades privadas incluem:

- Entidades ligadas ao setor das pescas;
- Instituições seguradoras, económicas e financeiras; entidades que desenvolvem ações no âmbito da formação profissional, do apoio social, cultural, económico e recreativo, entre outras.

Assembleia Geral de Parceiros do Grupo de Ação Local Pescas Mondego Mar: Resultante do Contrato de Parceria estabelecido entre as entidades participantes integra entidades públicas e privadas respeitando as orientações para a sua composição.

Mesa da Assembleia Geral: dirige os trabalhos da Assembleia Geral de Parceiros do Grupo de Ação Local Pescas Mondego Mar e é composta por três elementos eleitos entre os parceiros.

Parceiro Gestor do GAL Pescas Mondego Mar: AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego.

Órgão de Gestão – Designado Órgão de Administração do GAL Pescas Mondego Mar. Eleito em Assembleia Geral de Parceiros; respeita as orientações para a sua composição, assumindo as competências regulamentares como Órgão de Gestão expressas na legislação que enquadra o DLBC/Costeiro. O Contrato de Parceria estipula as suas regras de funcionamento e atribuições. É composto por 5 membros representativos da parceria sendo presidido pelo Parceiro Gestor AD ELO (Entidade Privada)

Estrutura Técnica Local – designada por Secretariado Técnico é criada no âmbito da AD ELO, enquanto Parceiro Gestor, é criado um secretariado técnico que terá as atribuições e competências regulamentares que venham a ser expressas na legislação que enquadrará o DLBC. Esta estrutura, é responsável pela execução dos mecanismos operacionais para a implementação da EDL, nomeadamente:

- Organizar uma equipa multidisciplinar para assegurar todas as atividades de implementação, animação e acompanhamento da EDL;
- Criar os diversos instrumentos técnico-administrativos para a análise, seleção, monitorização e acompanhamento dos projetos salvaguardando a segregação de funções;
- Criar procedimentos tendo em conta a avaliação relativamente à implementação da EDL;
- Promover ações de informação, animação e promoção do território.

No que respeita aos dispositivos de gestão a AD ELO implementou, em 2007, um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que é certificado anualmente pela SGS como cumprindo os requisitos da Norma NP EN ISO 9001:2000.

O SGQ aplica-se a todas as atividades e respostas disponibilizadas pela AD ELO tendo como âmbito de certificação o seguinte:

- Elaboração de Candidaturas a Fundos e Programas Nacionais e Comunitários;
- Gestão de Fundos e Programas Nacionais e Comunitários;
- Desenvolvimento de Projetos socioeconómicos e de Serviços de Carácter Social, de Apoio à Comunidade.

Este reconhecimento externo assegura a qualidade das respostas disponíveis, garantindo um processo de melhoria contínua que abrange a entidade no seu todo. A implementação da abordagem DLBC em termos de gestão irá cruzar de forma transversal todo o sistema de gestão implementado.

Os mecanismos de funcionamento já desenvolvidos na gestão de programas permitiu criar um conjunto de competências internas que garantem um grau de rigor, autonomia entre setores, segregação de funções e transparência de processos que têm sido reconhecidas pelas entidades externas como extremamente positivos.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Os mecanismos acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL encontram-se em estreita relação com as suas linhas e o consubstanciado nos termos da delegação de competências estabelecidas entre as Autoridades de Gestão e o GAL Pescas Mondego Mar reconhecido enquanto Organismo Intermédio de gestão local.

Grande parte das orientações de gestão derivarão da aprovação que vier a ser estabelecida. Assim neste ponto é apresentado um modelo conceptual de implementação que sendo uma proposta justificada e consubstanciada na experiência da iniciativa anterior, será necessariamente ajustada às novas orientações e obrigações práticas que surgirão no momento da aprovação da EDL.

A parceria do GAL Pescas Mondego Mar deve ser entendida nas suas diferentes abordagens representativas, quer enquanto entidades que se envolvem nos processos de desenvolvimento transversais ao território, quer como entidades que nos seus setores específicos desenvolvem uma atividade local de grande expressão e impacto.

O leque de 21 parceiros inclui uma diversidade de entidades que se distribuem pelas áreas públicas e privadas. Na componente pública destacam-se os 4 municípios que enquadram o TI. Na componente privada encontra-se uma grande variedade de instituições que compreendem domínios de atividade como: Pesca; aquicultura; sal; indústria de transformação; associações/cooperativas setoriais; seguros; banca; venda de pescado; entre outras.

Após o processo de validação deste processo de candidatura, consubstanciada nos termos da delegação de competências estabelecidas entre as Autoridades de Gestão e o GAL reconhecido enquanto Organismo Intermédio de gestão local, a implementação no território das linhas programáticas definidas da EDL, assentará no envolvimento de todos os agentes numa lógica de corresponsabilização e acompanhamento ativo do processo.

Do ponto de vista operacional o GAL Pescas Mondego Mar criará todos os mecanismos operacionais para a implementação da EDL, nomeadamente:

- Organizar uma equipa constituída com um carácter multidisciplinar para assegurar todas as atividades de implementação, animação e acompanhamento da EDL;
- Criar os diversos instrumentos técnico-administrativos para a análise, seleção, monitorização e acompanhamento dos projetos;
- Criar procedimentos tendo em conta a avaliação nas suas mais diversas modalidades relativamente à implementação da EDL;
- Promover ações de animação e promoção do território;
- Organizar os dispositivos para tornar publica toda a informação relativa à EDL.

A equipa do ST tem uma experiência acumulada das iniciativas anteriores o que pressupõe o arranque eficaz das ações. No entanto e tendo em conta a perspetiva de uma qualificação contínua é necessário organizar/participar em ações de formação específicas para consolidar os conhecimentos.

Para operacionalizar e ordenar o processo de candidaturas, serão definidas fases específicas de apresentação de candidaturas criando os mecanismos de animação e circulação de informação para ter uma eficaz implementação da EDL.

No âmbito do processo de animação do território assumem especial relevância todos os procedimentos relativos à divulgação e dinamização da EDL. O sucesso da intervenção resulta essencialmente da proximidade que o Parceiro Gestor, manterá em relação aos parceiros locais e aos potenciais beneficiários. Assim foi estabelecido desde o início do processo de elaboração da EDL uma ampla e eficiente circulação da informação com diferentes componentes:

- Informação técnica relativamente ao enquadramento das Medidas;
- Realização e participação em colóquios e reuniões no TI sobre as problemáticas do território e as suas opções estratégicas;
- Informação sobre o arranque do Programa.

Este processo de animação e comunicação, terá um grande impulso após a aprovação da EDL e do correspondente reconhecimento como entidade responsável pela implementação do DLBC/Costeiro – MONDEGO MAR no TI. Assim serão desenvolvidas ações com especial destaque para:

- Elaboração de material promocional, brochuras e outros elementos de divulgação explicativos dos apoios;
- Envio às entidades locais de informação sobre o programa de apoio;
- Publicação de anúncios e reportagens em jornais locais e regionais;
- Realização/participação em colóquios/seminários/reuniões;
- Participação em programas de rádio;

- Emissão em programas de rádio de "spots" a anunciar o programa;
- Reuniões várias;
- Presença em feiras e mostras;
- Participação em eventos locais significativos das vivências em comunidade;
- Outros.

É dado especial destaque ao Sítio da Internet (www.adelo.pt) onde será implementado um sistema de comunicação bilateral.

O processo de animação local irá igualmente integrar um segundo nível mais abrangente e lato de ações que passará pela recolha sistemática de opiniões, críticas e contributos dos mais diversos intervenientes (individuais, institucionais, população em geral, empresa, organismos públicos, entre outros). Os trabalhos de animação e acompanhamento permitirão uma monitorização mais participada relativamente à concretização dos objetivos propostos.

Internamente será criado um dispositivo de acompanhamento que possibilite uma leitura global da execução de EDL bem como dos pedidos de apoio. Os indicadores resultantes deste dispositivo facilitarão a obtenção de informação para um acompanhamento que o GAL Pescas MONDEGO MAR fará da execução da EDL. Adicionalmente poderão ser incorporadas análises/trabalhos de entidades exteriores à parceria de forma a alargar o espectro da análise e reflexão com ganhos evidentes para o processo.

Assim, para além das dimensões de avaliação dos projetos proceder-se-á à avaliação global da implementação da EDL no sentido de verificar se estão a ser cumpridos os objetivos e indicadores da mesma, bem como, se existe uma adequada estrutura financeira e uma adequada mobilização dos promotores. Estes processos de avaliação servirão fundamentalmente para efetuar as devidas correções ao nível dos procedimentos técnicos e ajustamentos à estratégia

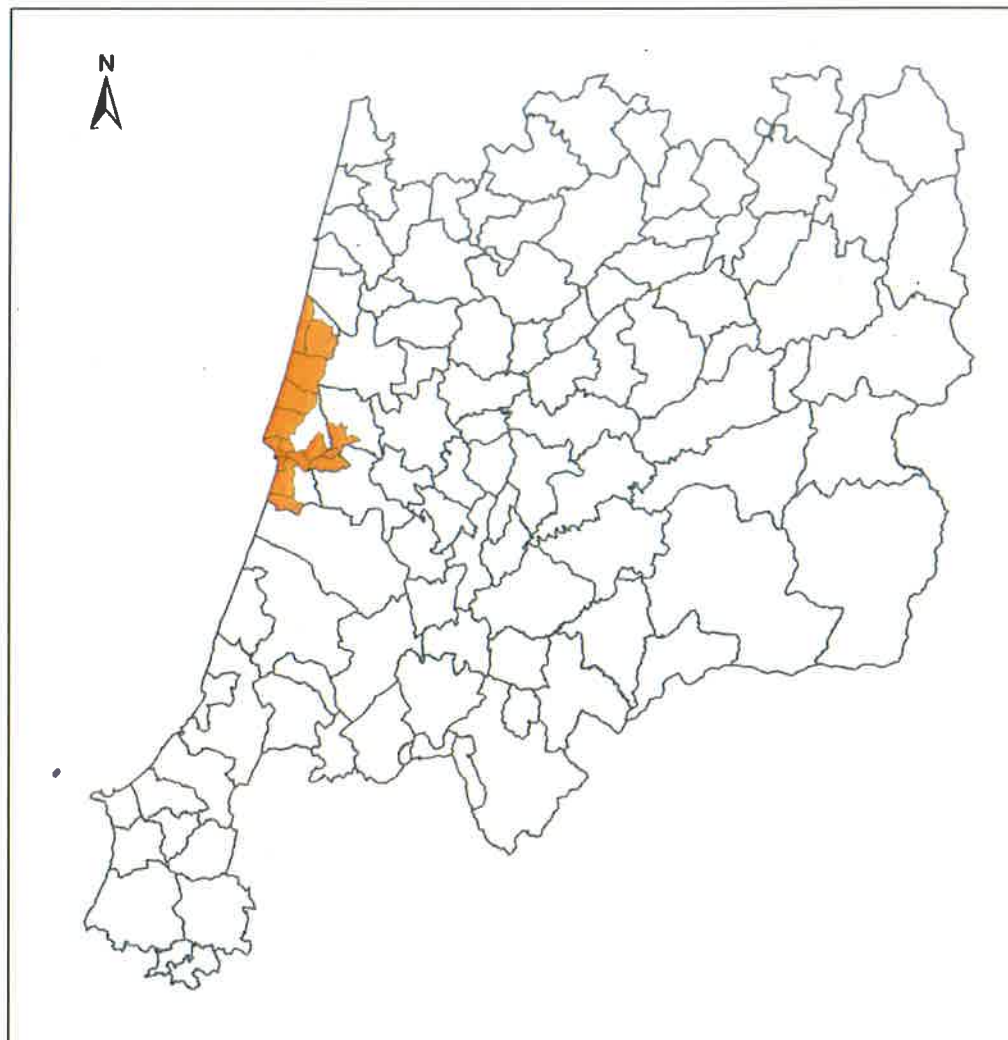
Este dispositivo permitirá a adoção das medidas corretivas tidas por convenientes para alcançar ganhos de eficácia e eficiência.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-012.pdf	30/09/2015 11:48	
Protocolo de parceria	Contrato de Parceria - DLBC Costeiro.pdf	24/07/2015 11:50	180099426
Outros	ATA_AG-GAL_PESCAS_1.pdf	24/07/2015 14:38	180099426
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-012.pdf	24/07/2015 17:29	180099426
Outros	ATA_AG_GAL-PESCAS-2.pdf	24/07/2015 14:39	180099426
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	OGestão_ETL_Julh2015.pdf	24/07/2015 17:17	180099426

ANEXO 4

DLBC COSTEIRO: Mondego Mar



9
[Signature]
[Signature]
[Signature]